



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 368^a Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 17 de julho de 2018.

Realizou-se no dia 17 de julho de 2018, às 9h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 368^a Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Eduardo Trani**, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Ana Carolina de Campos Honora**, **Antonio César Simão**, **Carlos Alberto Maluf Sanseverino**, **Carlos Roberto dos Santos**, **Denise Leite Valença**, **Fábio Augusto Daher Montes**, **Gil Kuchembuck Scatena**, **Iracy Xavier da Silva**, **Jaelson Ferreira Neris**, **João Carlos Campanilli**, **José Luiz Fontes**, **Luís Sérgio Osório Valentim**, **Mara Joana Figueiroa Bennati**, **Marcelo de Sousa Godoy**, **Marcelo Pagliusi Chaves (Barrica)**, **Marcos Roberto Funari**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel**, **Maria de Lourdes Rocha Freire**, **Maria Inez Pagani**, **Marisa de Oliveira Guimarães**, **Patrícia Nunes Lima Bianchi**, **Roberto Francine Junior**, **Roberto Ulisses Resende**, **Rodrigo Levkovicz**, **Rui Brasil Assis**, **Sergio Luís Marçon**, **Simone Aparecida Vieira**, **Syllis Flávia Paes Bezerra** e **Vilázio Lélis Junior**.

Constavam do Expediente Preliminar: 1) Aprovação da Ata da 366^a Reunião Ordinária do Plenário; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia.

Constavam da Ordem do Dia: 1) Apreciação da Proposta de **Concessão da área de uso público do Parque Estadual de Campos do Jordão** (Proc. SMA nº 8.442/2017); 2) Apresentação da **Campanha de Sensibilização ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Sistema Ambiental Paulista**; 3) Balanço do **Projeto do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo**; 4) Apresentação do Projeto Piloto dos **Planos de Manejo do Estado de São Paulo**.

O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Anselmo Guimarães**, deu por abertos os trabalhos, passando incontinenti a palavra ao Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani**. O recém-empossado Secretário do Meio Ambiente, em seu discurso inaugural à frente do conselho, avaliou que aquele momento lhe era especialmente caro pelo simbolismo que carregava, e, com a vénia do colegiado, antecipou que gastaria alguns poucos minutos naquilo que entendia como justas e oportunas homenagens. Inicialmente confessou haver-lhe causado, por um lado, absoluta surpresa sua nomeação para a titularidade da pasta ambiental, e, por outro, que o fato o fazia sentir-se extremamente honrado, posto que ciente da agigantada responsabilidade que de tal investidura deriva. Lembrou sua trajetória no órgão, prestando respeitosa reverência, entre outros, aos ex-secretários de meio ambiente Maurício Brusadin, José Pedro de Oliveira Costa, Fábio Feldmann, Stela Goldenstein e José Goldemberg, em meio a tantos outros igualmente marcantes, ao colega e amigo Germano Seara Filho, aos ambientalistas Mario Mantovani, João Paulo Capobianco, Marco Antônio Mroz, Condesmar Fernandes de Oliveira e Carlos Bocuhy, bem como aos advogados Francisco Thomaz Van Acker e Augusto Miranda, ao procurador de justiça Herman Benjamin, ao jornalista Randall Marques e, a todos os ex-presidentes da CETESB, citando em especial Nelson Nefussi, Antonio Carlos Macedo, Otavio Okano, Fernando Rei, além do atual, Carlos Roberto dos Santos. Todos esses nomes, assinalou, figuras marcantes da história do meio ambiente no Estado de São Paulo. Lembrou que a agência ambiental paulista, que completaria meio século de sua criação na seguinte semana, permanecia a maior companhia ambiental de toda a América Latina, com inquestionável sucesso no controle dos índices de poluição em todos os flancos pelos quais atua. Afiançou que sua posse enquanto Secretário de Estado do Meio Ambiente não se havia dado por obra de quaisquer ingerências políticas, e que era justamente sua condição isenta, uma vez que não fora indicado por qualquer partido, que o fazia mais apto a bem enfrentar questões de relevância, por exemplo, da municipalização do licenciamento ambiental, e sobretudo a propiciar fosse preservada, em todos os projetos que vinham sendo conduzidos pelo ex-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

secretário Maurício Brusadin, a necessária continuidade administrativa, clamor de um sem número de segmentos da sociedade civil. Teceu elogios àqueles que com ele compõem a equipe que com ele atuará na derradeira gestão do mandato em curso, alguns dos quais nominalmente citou, e pontuou que não haverá divergências de nenhuma ordem, de vez que todas as decisões serão tomadas em conjunto. Destacou a importância da manutenção, pelo Governador Márcio França, do Chefe de Gabinete, Antonio Vagner Pereira. Declarou seu respeito e confiança à Fundação Florestal na pessoa do seu Diretor-Executivo Rodrigo Levkovicz, e ressaltou a importância dos coordenadores para o funcionamento da Secretaria, citando os conselheiros Gil Scatena, Sergio Marçon, Malu Freire e Danilo Amorim, representado pelo conselheiro Barrica. Prestou homenagens ao Cel PM Sardilli, comandante da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, e ao Ten Cel PM Biagioni, a representá-lo naquela ocasião, realçando o quanto honroso lhe era trabalhar em colaboração com autoridades desse jaez. Ressaltou a importância da Coordenadoria de Parques Urbanos e a de Administração para a política e funcionamento da casa. Festejou o fato de se ter à frente dos três grandes institutos de pesquisa científica que integram o Sistema Ambiental Paulista três pesquisadores de primeira grandeza, e outro cientista de reconhecido prestígio à frente da Fundação Zoológico de São Paulo. Estendeu por fim suas homenagens à brilhante advogada e ex-coordenadora da CPLA Lúcia Sena, notável colaboradora e braço direito, com quem teve a honra de trabalhar ao longo dos últimos vinte e três anos. Passou então a narrar algumas das mais relevantes realizações e expressivos números da atual gestão, dentre as quais a criação dos parques estaduais Águas da Billings e Águas da Prata; o Mosaico de Bauru, mais importante unidade de conservação do cerrado paulista; as RPPNs, num total de onze; a APA de Itapeti, e diversos contratos de concessão, relatando sucintamente as estratégias adotadas e parcerias celebradas com o propósito de se levar a bom termo cada um dos projetos mencionados. Reportou-se à questão dos rios voadores, da política de controle da poluição atmosférica, da política estadual de resíduos sólidos e da logística reversa como os mais atuais e expressivos temas cuja discussão vem sendo fomentada no âmbito da Secretaria e, de modo particular, do próprio CONSEMA, e manifestou sua gratidão a Walter Tech pela competência com que tem gerido o Programa Mananciais. Ressaltou a necessidade de se conferir maior e mais abrangente visibilidade a tudo quanto a SMA tem realizado. Lembrou a propósito das frequentes ocupações irregulares em áreas de mananciais que a todo o tempo são desfeitas e do intenso trabalho desenvolvido no sentido de se coibir a implantação de outras tantas, resultado direto da reedição da Operação Integrada Defesa das Águas. Noticiou a recente aprovação, ocorrida no Dia do Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Educação Ambiental, a ser sem demora implantado, e antecipou os temas que seriam tratados naquela reunião. Em seguida, foi exibido o vídeo “Somos Todos Primatas”, que inaugura ação construída ainda durante a gestão do ex-secretário Maurício Brusadin. Declarou que o intuito da ação outro não era senão despertar o interesse da população por esses animais, promovendo-se para tanto programas de observação destes em seus respectivos *habitats*, a exemplo do que fora levado a efeito por programa análogo, destinado a estimular o interesse pelas aves. Reiterou sua gratidão a Mário Mantovani, cuja presença conferia singular lustro ao evento, além dos demais conselheiros e finalmente à equipe da Secretaria-Executiva, sem cujo empenho seria impossível o apoio e dedicação às atividades do CONSEMA. **Carlos Roberto dos Santos** reputou acertada, em sua opinião pessoal, a decisão do Governador Márcio França ao manter o secretário Eduardo Trani à frente da SMA, o que lhe dava a convicção de que será uma gestão marcada pela seriedade e competência. Consignou que a CETESB enviaria convite formal, ainda naquele dia, para a celebração dos cinquenta anos de existência da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, a celebrar-se no próximo dia 24 de julho. Teceu generosos elogios ao corpo técnico que integra o órgão, razão maior do prestígio que ao longo das décadas consolidou, e declarou sua grata satisfação por pertencer ao grupo. Terminou reiterando os votos de uma alvissareira gestão ao secretário Eduardo Trani. O conselheiro **Rodrigo Levkovicz** declarou sentir-se também honrado por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

trabalhar ao lado de Eduardo Trani, de quem destacou algumas das mais expressivas virtudes enquanto homem público, estendendo seus cumprimentos ao presidente da CETESB, Carlos Roberto Santos. Declarou ainda que percebia valorizada pela atual gestão a Fundação Florestal, órgão de que é Diretor Executivo, e que é a responsável pela gestão das áreas protegidas, denominando-as como a “joia da coroa” do Sistema Ambiental Paulista. O **Secretário-Executivo do CONSEMA** submeteu então ao pleno a ata da 366ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, que, dispensada de sua leitura, obteve unânime aprovação, lembrando como de praxe aos conselheiros que eventuais pedidos de retificação daquilo que seu teor condensa deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva no prazo regimental, sendo, pois inseridos na ata da reunião imediatamente seguinte. Passou-se às comunicações da Presidência e Secretaria Executiva. Ainda com a palavra, o Secretário-Executivo informou que no próximo mês de outubro se encerrariam os mandatos dos atuais conselheiros, e que portanto a Secretaria já iniciara estudos com o intuito de se aferir quais conselheiros poderão e quais estarão impedidos de ser reconduzidos por mais um mandato, necessitando portanto ser substituídos. Requereu outrossim aos representantes das entidades ambientalistas cadastradas no CadEA que mantenham atualizados seus dados cadastrais, haja vista que ainda neste mês serão iniciados os procedimentos para eleição do novo conselho. A comunicação a respeito, completou, será no tempo oportuno amplamente divulgada, sendo ainda comunicados cada órgão ou entidade interessados em participar do certame. Instou aos conselheiros que integram a CTBio que gentilmente permanecessem na Secretaria após a plenária, de vez que a comissão se reuniria logo em seguida, às 14h00, naquele mesmo local. Ausentes comunicações da Presidência, passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. A conselheira **Cristina Murgel** saudou Eduardo Trani pela gestão que iniciava, resultado de decisão inquestionavelmente acertada do governador Márcio França, e enfatizou a importância de se propiciar continuidade administrativa no âmbito da secretaria, que desta forma aliás restava assegurada. À vista disso, apresentava, em nome da FIESP, seu irrestrito apoio ao novo titular da pasta ambiental. O conselheiro **Carlos Sanseverino**, havendo saudado aos presentes, refletiu acerca do caráter histórico do momento vivido pela secretaria, e festejou jubilosamente que Eduardo Trani houvesse sido guindado ao cargo de maior expressão do Sistema Ambiental Paulista. Destacou a propósito a peculiar e raramente vista situação em que se prestigia um nome colhido da própria seara ambiental, segundo critérios formidavelmente superiores aos meramente políticos, e, em nome da OAB/SP, representada em mais de duzentos municípios do estado, vinha naquele momento prestar integral apoio ao novo secretário. Lembrou que por vezes gloriosas trajetórias marcam a vida pública daqueles que passam pela SMA, e citou o nome do professor Paulo Nogueira Neto, primeiro ministro do meio ambiente da República. Ressaltou que continuavam a sobressair em relevância os temas das ocupações irregulares, do estrangulamento do modal de transporte rodoviário e da necessidade de substituí-lo, bem como da superação da transversalidade na concepção dos programas de educação ambiental. A conselheira **Syllis Bezerra** somou a sua às demais congratulações dirigidas a Eduardo Trani, e requereu uma vez mais fossem mobilizados esforços no sentido de dar efetividade à utilização em larga escala do asfalto produzido a partir da reciclagem de pneus. Aplaudiu o ritmo célere imposto à tramitação das unidades de conservação, desde que concebidas até sua final aprovação, e que possibilitou que se alcançasse números de tal modo expressivos. Denunciou acordo setorial celebrado pela Prefeitura de Bertioga e a empresa Green versando sobre o recolhimento lixo eletrônico e que entretanto não contemplou os televisores descartados, e requereu fosse o contrato revisado de modo a também incluí-los. Ponderou a respeito que a não inclusão do item obriga a municipalidade a realizar nova contratação, o que acaba por onerar desnecessariamente o erário municipal. O **Presidente do CONSEMA** assegurou que a denúncia fora recepcionada e que naquele momento era averiguada quanto a seu exato teor. A conselheira **Patrícia Bianchi** perquiriu qual seria o posicionamento da SMA relativamente ao pedido de tutela antecipada em sede de mandado de segurança que busca garantir o regular prosseguimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do procedimento licenciador relativo a projeto de implantação de termoelétrica em Peruíbe. Suscitou obscuridades relacionadas ao tema, e pediu esclarecimentos a respeito. O conselheiro **Vilálio Lélis** pleiteou a inclusão, no rol de APAs que se pretende criar ainda nesta gestão, de uma décima sexta unidade de conservação, que seria a APA dos Campos Naturais da Serra do Mar, especialmente importante por se situar na rota eletiva dos rios voadores. Informou haver protocolizado dois ofícios: o primeiro solicitando relatório sobre a proliferação das algas na Represa de Guarapiranga e Billings, com possíveis implicações sobre a qualidade da água captada para distribuição, bem como os riscos associados à reversão do Rio Pinheiros, e o segundo, diante das notícias veiculadas na mídia sobre a prisão de ex-presidente da DERSA e de empresários ligados a empreiteiras responsáveis pela construção do Trecho Norte do Rodoanel, acusados por desvio de recursos, solicita relatório detalhado sobre o andamento do projeto de construção do empreendimento, bem como as implicações decorrentes dos atos citados em relação aos aspectos ambientais na área do empreendimento. Parabenizou a campanha “Somos Primatas” e a seguir chamou a atenção para o grave quadro de mortandade de abelhas, derivado do uso de agrotóxicos, lembrando a propósito que a ausência de polinização prejudica em até 40% a produção agrária. Destacou ainda a importância da Operação Corta-Fogo, mas questionou o acordo do governo com proprietários de aeronaves para combate a incêndios florestais, se os mesmos tanques utilizados para pulverizar as lavouras com agrotóxicos seriam abastecidos com água para combate ao fogo, e se existem estudos com relação a isso. O conselheiro **Beto Francine**, somando seus parabéns àqueles endereçados pelos demais conselheiros ao novo secretário do meio ambiente, prestou homenagem a Rubens Born, importante climatologista e antigo membro do CONSEMA, e suscitou a necessidade de se propiciar a retomada do debate sobre a regulamentação do Artigo 3º da Lei Orgânica Estadual da compensação financeira aos municípios por áreas protegidas, dando razões para tanto. Sugeriu aos colegas conselheiros que revisassem as atas das plenárias nas quais eventualmente hajam proposto pontos de pauta para aferir se de fato o texto contempla menção aos pedidos, lembrando, acerca disso, pleito por ele apresentado e que dizia respeito à necessidade de equipar as cabines de pedágio, para todas as renovações de licenciamento de obras, com pressão positiva, a fim de que os funcionários não fiquem respirando o ar emanado pelos caminhões nas praças de pedágio. Por fim, requereu que qualquer decisão tomada com relação à cessão de uso de áreas do Parque Estadual da Ilha Anchieta passe pelo Conselho da Ilha Anchieta. O conselheiro **Jaelson Neris** uniu-se a quantos desejaram uma exitosa gestão ao secretário Eduardo Trani, e pleiteou a inclusão, no Programa de Participação nos Resultados, de funcionários da CETESB dele excluídos, como medida necessária de valorização desses funcionários. Noticiou que após três anos de aguerrido combate foi possível conquistar reajuste salarial aos funcionários da Fundação Florestal, muito embora observasse que na situação ideal seriam consideradas também as perdas retroativas. O conselheiro **Rui Brasil** manifestou jubilosa satisfação pela nomeação de Eduardo Trani para a chefia da pasta ambiental do São Paulo, e destacou o quanto prestigioso é para o estado que sejam sempre nomeados para os cargos que respondem pela condução das políticas públicas técnicos de sólida formação, inquestionável gabarito e irretocável trajetória. O conselheiro **Roberto Resende** fez votos de um auspicioso mandato ao secretário, e ressaltou a importância de que se reveste a presença de gestores caracterizados por alto profissionalismo no plano secretarial, propôs fosse incluída entre as prioridades na gestão que se inaugura a regulamentação do Código Florestal do Estado de São Paulo, e indagou em que estágio se encontram as discussões sobre o Programa de Regularização Ambiental. O conselheiro **Fábio Montes** reiterou os cumprimentos dos colegas, declarando seu prazer em colaborar com a atual gestão. Enfatizou a pertinência de se defender o continuísmo das gestões que se revelam a toda prova bem sucedidas, e professou sua convicção de que muito se há de produzir nos exíguos meses que põe termo ao atual governo. Noticiou que a Comissão Processante e de Normatização recebeu a incumbência de elaborar deliberação normativa destinada a consolidar o procedimento para fixação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dos tipos legais e respectivas dosimetria e fundamentação dos valores das multas aplicadas pela prática de ilícitos ambientais de cunho administrativo. Informou que o tema vem sendo discutido em profundidade com técnicos da CETESB, e o que o resultado desses debates será apresentado no próximo dia 7 de agosto, evento para o qual estendeu o convite a quem se interessasse, e que já no dia 9 o texto começa a ser debatido no âmbito da CT. O conselheiro **Sérgio Valentim** parabenizou o novo Secretário da SMA, Eduardo Trani e, assim como os demais conselheiros, reforçou a importância de se ter um técnico como ele à frente da pasta. Acentuou, que embora nutrisse admiração pelo ex-Secretário da SMA, Mauríco Brusadin, a nomeação de Eduardo Trani garante a continuidade da gestão frente ao cenário atual de mudanças políticas e, que na qualidade de decano do sistema, assim como foi anunciado pelo Secretário-Executivo, sentia-se à vontade em testemunhar a favor dessa estabilidade, assim como da importância dos esforços que estão sendo feito para aproximar as políticas de saúde e de meio ambiente. Para tanto, elencou os diversos temas inter-relacionados debatidos nos comitês sobre recursos hídricos, qualidade das águas, proliferação de algas tóxicas, qualidade do ar, resíduos sólidos, áreas contaminadas, contaminação por mercúrio e a questão dos agrotóxicos, arboviroses, dengue, febre amarela, dentre outros. Recordou, que desde as suas primeiras participações no Conselho, lembra-se da luta travada para que o CONSEMA deixe de lado as questões pontuais, em prol de temas mais amplos e relacionados às políticas de desenvolvimento. Nesse sentido, reiterou que, se antes o perfil voltava-se mais às políticas setoriais de meio ambiente, agora se constata a maior intenção do desenvolvimento sustentável nos interesses das diversas secretarias de estado e na sociedade civil. Nesse contexto, previu que a Secretaria da Saúde desempenhará um papel importante nas discussões. A mesa diretora passou a abordar o requerimento apresentado pelo conselheiro **Marcos Funari** e que pretende a avocação, para a análise pelo plenário do empreendimento “Ampliação de Atividade de Extração de Granito, Areia e Saibro”, de responsabilidade da Mineradora Pedrix Ltda. Tal requerimento foi prontamente acolhido pelo **Presidente do CONSEMA**, dando origem à seguinte deliberação: **“Deliberação CONSEMA 20/2018. De 17 de julho de 2018. 368ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Avoca a si a apreciação do EIA/RIMA da “Ampliação de Atividade de Extração de Granito, Areia e Saibro”. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Avoca a si a apreciação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente - EIA/RIMA da “Ampliação de Atividade de Extração de Granito, Areia e Saibro”, de responsabilidade da Mineradora Pedrix Ltda (Proc. 56/2014).”** O **Presidente do CONSEMA** após ponderar que a extensa agenda do CONSEMA, prevista para até o final do ano, requererá maior concentração de esforços, alertou que as demandas não previstas, tais como avocações, possivelmente precisarão ser tratadas em reunião extraordinária, o que consumirá mais tempo dos conselheiros. A seguir, o **Presidente do CONSEMA** passou a palavra para que o conselheiro e Presidente da CETESB, Carlos Roberto dos Santos, ofertasse esclarecimentos ao questionamento da conselheira Patrícia Bianchi, sobre a usina termelétrica de Peruíbe. O **conselheiro e Presidente da CETESB** informou que, devido às deficiências constatadas ao longo da análise, a CETESB, em primeira instância, emitiu um parecer técnico negativo sobre o empreendimento, contra o qual o empreendedor interpôs um recurso. Ao ser analisado pela instância subsequente da CETESB, esse recurso foi indeferido e, ato contínuo, o empreendedor impetrou novo recurso, que se encontra em análise na Procuradoria Jurídica. Após ofertar o resumo da situação, lembrou aos conselheiros que os processos são públicos e, portanto, podem ser averiguados a qualquer tempo. O **Presidente do CONSEMA** informou que dará os seguintes encaminhamentos para as demandas recebidas: (i) enviará à Fundação Florestal a proposta de criação da APA Campos da Serra do Mar; (ii) solicitará que CETESB informe sobre a qualidade das águas da Represa Guarapiranga e da Represa Billings, (iii) irá consultar o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE sobre as regras operacionais de inversão das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

água do Rio Pinheiros, antes de dar retorno; (iv) sobre o andamento das obras do Rodoanel – Trecho Norte, declarou que a CETESB irá se pronunciar somente no que estiver relacionado ao processo de licenciamento; (v) sobre a Operação Corta-Fogo da SMA, o **Presidente do CONSEMA** solicitou ao conselheiro e coordenador da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Sérgio Marçon, que na próxima plenária, ofereça um breve informe das atividades, e frisou que a redução dos impactos causados pelo fogo depende, além de meios tecnológicos, da força coletiva do estado, principalmente da polícia ambiental e, sobretudo, da pró-atividade da sociedade civil. Agradeceu ao conselheiro Beto Francine pelos apontamentos feitos sobre o artigo 3º da legislação referente à compensação ambiental financeira, e propôs a inserção do assunto na pauta estratégica de discussões da SMA. Adiantou que a viabilidade de implantação da proposta das praças de pedágio será verificada pela CETESB, e a demanda sobre a Ilha Anchieta, pelo Diretor-Executivo da Fundação Florestal Rodrigo Levkovicz. Quanto às demandas protocoladas pelo conselheiro e representante do SINTAEMA, Jaelson Neris, garantiu continuaria empenhando esforços para atender as solicitações de diversas áreas da SMA por melhorias administrativas e financeiras. Garantiu ao conselheiro Roberto Resende que o grupo de trabalho do PRA encontra-se em fase avançada da discussão, sendo para breve o anúncio dos resultados alcançados. Lembrou que o grupo é coordenado pelo Prof. Gerd Sparovek, Presidente da Fundação Florestal, e têm como membro Daniel Smolentzov, Procurador do Estado de São Paulo. Ao agradecer o empenho do conselheiro Fábio Montes, convidou aos interessados a participarem dos trabalhos de elaboração do procedimento para dosimetria das sanções administrativas, ora em curso na Comissão Processante e de Normatização do CONSEMA. Por fim, mediante o adiantado da hora e com o objetivo de cumprir toda a pauta, o **Presidente do CONSEMA** sugeriu que daqui para frente, fosse adotada uma dinâmica diferente para os assuntos pautados na Ordem do Dia. Após expor sua proposta, ficou acordado que, exceto os assuntos que requerem a deliberação do pleno, os demais de caráter consultivo serão discutidos, após todas as respectivas apresentações terem sido feitas. Passou-se a Ordem do Dia com a apresentação da “**Apreciação da Proposta de Concessão da área de uso público do Parque Estadual de Campos do Jordão** (Proc. SMA nº 8.442/2017)”. O conselheiro do CONSEMA e Diretor Executivo da Fundação Florestal, **Rodrigo Levkovicz** informou que a proposta em pauta era fruto de uma equipe composta por profissionais da Fundação Florestal - FF, Procuradoria Geral do Estado - PGE, do gabinete da Secretaria do Meio Ambiente e da subsecretaria de Parcerias e Inovação. Após ratificar a importância incontestável do assunto, apresentou como sendo os principais ganhos provenientes das concessões, não somente a desoneração econômica da FF, mas também dos gestores, pois deixarão de se responsabilizar pela administração de hospedarias e hotéis das áreas públicas, para se dedicarem integralmente aos trabalhos de preservação das áreas naturais. Destacou também, que ao alcançar melhores condições de atendimento e de administração, espera-se um acréscimo de visitantes, e consequentemente, a elevação do maior número de defensores da natureza, e de oportunidades de trabalho para as comunidades do entorno da unidade. Contudo, a capacidade de suporte da UC será plenamente respeitada, pois as atividades ficarão restritas às áreas de uso público e de determinadas trilhas, não se tratando, portanto, de uma atividade predatória. Elencou e exemplificou como sendo as principais premissas da proposta: a sustentabilidade; incentivo ao ecoturismo; priorização da conservação; e a concessão como alternativas de parceria. Na sequência, informou a área total do Parque Estadual de Campos do Jordão (8.341ha); o histórico estatístico de visitantes, no período de 2013 a 2017; a receita de 2016 (R\$ 1.170.784,00); o número atual total de funcionários (39) e de terceirizados (22); a infraestrutura disponível, os principais atrativos e as áreas de uso público (trilhas cachoeira, serraria com roda d’água, bosques, dentre outros). Com auxílio da projeção de mapas, apresentou o Zoneamento da UC, constante do Plano de Manejo do PECJ, com as delimitações da área de concessão. Logo após, apresentou o fluxo de trabalho empregado na elaboração da proposta, suas etapas e enfatizou o amplo processo de consulta popular a que foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

submetida, que incluiu consultas ao conselho gestor da UC, ao SIGAP, audiência pública e a submissão ao CONSEMA. Destacou ter constatado, durante a audiência pública, que a comunidade abraçou a causa por entender tratar-se de uma concessão de uso público e não de privatização, como a mídia por vezes propaga. Listou como objeto da permissão de uso, as atividades ligadas ao ecoturismo (arvorismo, tirolesa, bicicletaria, trenzinho), alimentação (restaurante, chocolateria e o café), e as lojas de *souvenires* e artesanatos. Apresentou como os principais objetivos dessa concessão: - ganhos em conservação da área; - o fortalecimento da educação ambiental e pesquisa; - a melhoria da experiência de visitação; e - a ampliação das oportunidades para as comunidades do entorno, em termos de postos de trabalho e empreendedorismo. Com auxílio da projeção de *slides* apresentou as principais paisagens e discorreu sobre a rica biodiversidade da UC e os programas de educação ambiental em curso, os quais se espera sejam ampliados na concessão. Passou a informar sobre a modelagem da concessão desenvolvida com auxílio do Instituto Semeia. A seguir, informou sobre o estudo de modelagem da concessão e de viabilidade econômica e financeira. Elencou os 25 indicadores que serão utilizados na avaliação de desempenho do concessionário, agrupados nos quesitos: gestão e operação, infraestrutura, visitação, conhecimento e satisfação da comunidade e desenvolvimento local. Esclareceu que o acompanhamento do atendimento dos quesitos descritos no edital de licitação da concessão será feito por uma comissão de fiscalização, a ser instituída por membros da FF e da SMA. Quanto melhor o desempenho alcançado pelo concessionário, explicou, melhor será o equilíbrio de suas receitas e retornos financeiros. Reforçou que o patrimônio continuará a ser do Estado de São Paulo, que na qualidade de gestor da concessão, poderá intervir a qualquer tempo caso não sejam atendidos também os critérios dos seguintes diplomas legais e documentos: os requisitos do Plano de Manejo, as normativas voltadas ao uso público, o Decreto Estadual nº 61.371/2015 e a Lei Estadual nº 16.260/2016. Em conformidade com a Lei Estadual nº 61.371 destacou que os recursos obtidos deverão ser integralmente aplicados na gestão e conservação das unidades integrantes do SIEFLOR, que o prazo da concessão, por sua vez, será de até 30 anos, e o critério de licitação será o da maior outorga fixa. Ainda sobre a modelagem, destacou que a área objeto de concessão representa 5,67% da área total da UC, para qual foi estimado será necessário um investimento inicial de R\$ 9,5 milhões em alimentação, lojas, centro de aventuras e de visitantes, hospedaria, estacionamento, controle de acesso, e em reformas gerais (auditório, vias, trilhas, serraria, alojamento e escritório). Destacou também que, em até seis meses após a assinatura do Termo de Entrega do Bem Público Concedido, a concessionária deverá apresentar ao poder concedente, o Plano de Intervenção da área concedida, periodicamente atualizado. Ofertou os valores iniciais dos ingressos e as perspectivas de reajustes futuros, que dependerão dos investimentos feitos e da efetividade da gestão do concessionário. Esclareceu os parâmetros que incidirão nos valores de outorgas, que também dependerão do desempenho do outorgado, e que foram minuciosamente estudados pelas equipes do Governo e do Instituto Semeia. Destacou os próximos passos, após a aprovação do CONSEMA, como sendo, a aprovação da proposta pelo Conselho da Secretaria do Governo, publicação do Edital e, por fim, a assinatura do contrato. Passou-se a discussão. O conselheiro **Beto Francine** cedeu a palavra para o Diretor de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani para que se manifestasse em nome dos ambientalistas. **Mário Mantovani** informou que desde que participa do Fórum Interamericano de Turismo Sustentável, há quinze anos, acompanha a efetividade das concessões de serviços no Parque Nacional do Iguaçu e o enorme sucesso dessas parcerias, e de outras desenvolvidas com o apoio do Instituto Semeia. Defendeu as concessões pretendidas para o Parque Estadual de Campos do Jordão, não somente por promoverem o contato maior da população com as unidades de conservação, mas também pela oportunidade do Estado de São Paulo angariar recursos. Anunciou para o dia 22 de julho, o lançamento da campanha “Um Dia no Parque” cujo objetivo é elevar a frequência dos brasileiros nos parques nacionais e revelou a expectativa de que essa ação também seja promovida no Parque



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Campos do Jordão. Aproveitou a ocasião para homenagear e agradecer João Evangelista, que ao apresentar pela primeira vez essa ideia de trabalhar a visitação aos parques, há mais de 15 anos, foi perseguido e moralmente torturado, à época. Reiterou que a SOS Mata Atlântica gostaria também de acompanhar o processo das concessões que poderão ser firmadas para as diversas áreas do Estado de São Paulo que reúnem plenas condições para tal. Alertou, no entanto, que o estado tem perdido um tempo enorme para assumir o protagonismo nessa questão. Colocada em votação a proposta foi aprovada por 27 (vinte e sete) votos favoráveis, 01 (um) contra e (01) uma abstenção, dando origem a seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA 21/2018. De 17 de julho de 2018. 368ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Manifesta-se favorável à proposta de Concessão da área de uso público do Parque Estadual de Campos do Jordão (Proc. SMA 8.442/2017).”** O conselheiro **Marcos Funari**, representante do Ministério Público, em sede de declaração de voto, justificou sua abstenção em razão do ajuizamento da ação civil pública da Procuradoria de Justiça do Meio Ambiente da capital, na qual todas as concessões em áreas públicas do estado estão sendo questionadas. O conselheiro e ambientalista **Beto Francine**, ao declarar seu voto contrário, esclareceu que mesmo tendo cedido parte do seu tempo para Mario Mantovani defender as concessões, discordava que tivessem sendo conduzidas de forma a impedir que a comunidade local assuma os papéis que lhes cabem, para transformarem-se em simples mão de obra de agentes externos às comunidades. Passou-se ao segundo ponto da pauta, qual seja a apresentação da Campanha de Sensibilização ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no Sistema Ambiental Paulista. O **Secretário-Executivo** informou que a apresentação seria conduzida pelo trio de especialistas: Ana Paula Fava, Assessora Especial para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de São Paulo (AEAI); Irineu Barreto, Analista de Pesquisas da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Jussara de Lima Carvalho, Gerente da SMA. A Assessora **Ana Paula Fava**, em primeiro, externou seu apreço e gratidão pela SMA e parabenizou Eduardo Trani, Secretário da SMA e Presidente do CONSEMA pelo caráter idôneo e múltiplas competências, dentre as quais ressaltou a fluência em várias línguas e a visão global, qualidades extremamente importantes para a internacionalização do Estado de São Paulo. Recordou que a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS foi lançada pela ONU, em setembro de 2015, em Nova York. No Brasil, a Secretaria da Casa Civil, por entender tratar-se de assunto que envolve diversas pautas internacionais das secretarias do governo do Estado de São Paulo e dos 108 consulados, atribuiu a interlocução do tema à Assessoria Internacional. Destacou que, dentre os 17 ODS, o papel principal da Assessoria Internacional é fortalecer os meios de implementação dos objetivos e promover a revitalização das parcerias global para o desenvolvimento sustentável, por meio do desenvolvimento e participação em várias ações governamentais. Dentre elas, destacou a constituição, por Decreto do Governador Geraldo Alckmin, de grupo de trabalho com representantes das secretarias de Estado. Relatou que esse grupo escolheu três pilares principais de trabalho, sendo o primeiro deles, a promoção da conscientização das autoridades sobre a importância da agenda dos ODS, pois, diferentemente da pasta ambiental, algumas das secretarias não possuem tanta familiaridade, com essa temática. Informou que, nessa fase de transição de governo, será reiniciado mais um ciclo de divulgação do assunto para o novo quadro de secretários e servidores. Relatou, que desde 2016, quando assumiu a Assessoria Internacional do Governo, foram promovidos quatro *workshops* de sensibilização. Ressaltou que essa agenda dos ODS vem sendo considerada uma grande oportunidade de melhorar o diálogo, não somente entre os níveis de governo, mas também entre o governo e a sociedade civil; organizações não governamentais; universidades; FIESP e com o setor empresarial, por meio do Pacto Global da ONU. Informou que a equipe de Assessoria Internacional está em contato com todas essas instituições e tem participado de eventos e promovido palestras, como forma de contribuir para a evolução do diálogo entre os envolvidos. Esclareceu não



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

se ter o intento de criar nenhum programa ou projeto novo, mas sim, reunir todas as ações sobre os ODS, em uma agenda única, de forma que o governo Federal possa disseminá-las nos estados e municípios, cumprindo assim, o compromisso internacional assumido em 2015, junto com outros 176 países. A Assessora **Ana Paula Fava** defendeu a oportunidade desse trabalho conjunto e mencionou os grupos criados na SMA que atuam nessa agenda, sendo eles: Programa Nascentes, Mudanças Climáticas, Biodiversidade, e o de sensibilização das ODS a ser apresentado, mais adiante. Passou a discorrer sobre a complexidade de executar a compilação de dados, até então já concluída em 15 secretarias do Governo, mas que ainda será feita em diversas outras instituições. A Assessora acentuou que essa ação elevará a consciência global sobre as ações promovidas no Estado de São Paulo e, desta forma, melhorará, em muito, a comunicação e o diálogo com as instituições internacionais. Diante do enorme desafio de compilar as inúmeras informações sobre o tema, destacou que a Assessoria Internacional solicitou à Fundação Vanzolini da USP, o desenvolvimento de um projeto cuja proposta é de centralizar todos os dados, em uma espécie de “cérebro”, possível de ser acessado e atualizado pelas secretarias de governo e Universidades. A Assessora anunciou que tal proposta seria apresentada para algumas autoridades do governo, ainda naquela semana. Pontuou que o Estado de São Paulo também está trabalhando sob os pilares da educação e da mensuração, sobre os quais passou a informar. Com relação à educação, relatou que a Assessoria Internacional do Governo está auxiliando o Instituto Maurício de Souza a captar recursos financeiros para o desenvolvimento de uma série de gibis sobre os 17 ODS, sendo o primeiro deles já lançado. Detalhou que a captação dos recursos estava sendo feita, principalmente, junto ao Consulado dos Emirados Árabes, país no qual os personagens da Turma da Mônica são conhecidos. A expectativa, afirmou, é que esses gibis sejam incluídos nos *kits* escolares dos quase quatro milhões de alunos da rede pública. Simultaneamente, ainda no campo da educação, informou que será desenvolvido um concurso escolar, para que as crianças expressem o que os ODS representam para elas. Quanto ao terceiro pilar, da mensuração, informou sobre a parceria com a Fundação SEADE, que é o braço técnico do sistema de dados do Estado de São Paulo, para o desenvolvimento da tarefa de confrontar os indicadores do Plano Plurianual do estado, com os indicadores da ONU. A Assessora também destacou a parceria mantida com a FAPESP, hoje presidida pelo laureado Professor da USP e ex-Secretário de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Goldemberg, que ao ser procurado por ela, imediatamente concordou em colaborar na elaboração de uma publicação sobre os ODS, direcionada para toda a sociedade. A Assessora anunciou ocorreria, naquela semana, mais uma reunião do governo com a Fundação SEADE e a FAPESP, na qual se discutirá quais indicadores serão empregados na mensuração de resultados correspondentes ao período de 2015 a 2030. Ao destacar que os técnicos consideram 2030 ainda longínquo para se fazer qualquer previsão, decidiu-se que em 2022, ano do Bicentenário da Independência do Brasil, será realizado um *meeting review* sobre uma publicação, a ser concluída em dezembro de 2018. A terceira publicação, por sua vez, está programada para 2030, momento no qual será possível comparar a evolução, as falhas, a mensuração e monitoramento do que ocorreu no Estado de São Paulo, de 2015 a 2030. A Assessora anunciou que a minuta do documento de instituição da Comissão Subnacional dos ODS, já havia sido encaminhada para a assinatura do Governador. Acrescentou que essa Comissão Subnacional terá composição paritária, de forma a garantir a participação igualitária de membros da sociedade civil e do governo, da mesma forma que a Comissão Nacional dos ODS. Anunciou, por fim, que em recente relatório, lançado pela rede de governos regionais, *Energy for Sd*, da qual o estado de São Paulo é membro fundador, o estado foi anunciado como sendo um dos sete governos regionais com contribuições para a agenda, o que indica dedicação e empenho para implantar as ações previstas. O Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani** agradeceu Ana Paula Fava pelas palavras elogiosas a ele dirigidas, e ressaltou a importância dos trabalhos desenvolvidos da Assessora na Secretaria de Relações Internacionais do Governo. Garantiu-lhe empenharia todos seus esforços junto ao



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

governador, para que a Comissão Subnacional seja criada, o quanto antes. Após agradecer a presença da arquiteta Nina Orlow, representante da Rede Nossa - São Paulo, o **Presidente**, anunciou passar-se-ia a próxima apresentação ainda relacionada à matéria. **Irineu Barreto**, representante da Fundação SEADE, acrescentou aos inúmeros cumprimentos feitos a nova gestão, aos destinados pelos Diretores da Fundação SEADE, Dr. Dalmo Nogueira Filho, e da Dra. Margareth Watanabe. Reforçou que a Fundação SEADE insere-se no eixo de atuação do governo do Estado de São Paulo que trata do monitoramento dos ODS. Para cada um dos ODS, explicou, existem metas pré-estabelecidas, em consonância com a agenda 2030. Cada meta, por sua vez, possui um conjunto de indicadores majoritariamente quantitativos, portanto, mais fáceis de serem mensurados. Pontuou, por sua vez, que o estabelecimento de métricas será mais difícil para os indicadores qualitativos, tais como, empoderamento e participação. Ainda nessa primeira fase do trabalho, afirmou que a Fundação SEADE constatou elevada similaridade entre os 17 ODS e os objetivos estratégicos do governo do Estado de São Paulo. Por outro lado, a Fundação deparou-se com certa dificuldade de associá-los objetivamente porque os indicadores de produtos relacionam-se mais ao monitoramento do desenvolvimento de determinadas ações do governo do Estado de São Paulo, enquanto os 17 ODS tratam de metas gerais multisectoriais. Ao encerrar, o palestrante anunciou que a Fundação SEADE e a Secretaria de Planejamento, da qual faz parte, estão totalmente engajados em estabelecer a sinergia entre os ODS, o PPA e os diferentes indicadores utilizados na rotina da gestão pública, para que o próximo PPA contemple todo esse conjunto de indicadores. O **Presidente do CONSEMA** agradeceu pela exposição ofertada e afirmou ter ficado claro o papel importante que a Fundação SEADE desempenhará ao longo dessa complexa tarefa. Da mesma forma, enalteceu a importância do representante da Fundação SEADE, e toda a equipe envolvida nos trabalhos, e mencionou os diversos fóruns de discussão existentes sobre os indicadores dos ODS. Na sequência, anunciou que o próximo assunto seria apresentado por Jussara Carvalho, Assessora Internacional do Gabinete da SMA, aproveitando a oportunidade para externar elogios aos trabalhos por ela empreendidos, dentre eles, o evento “São Paulo no Clima – Diálogos de Talanoa”, apresentado na Semana do Meio Ambiente da CETESB/SMA. A Assessora **Jussara Carvalho** externou que a nomeação de Eduardo Trani para o cargo de Secretário de Estado do Meio Ambiente em muito qualifica e alegra os funcionários do Sistema Ambiental Paulista. Acentuou que ao ser convidada a ocupar a assessoria pelo ex-Secretário Maurício Brusadin, e pelo atual Secretário da SMA, Eduardo Trani, ambos lhe pediram atuasse no campo institucional internacional, de forma a resgatar o protagonismo do Sistema Ambiental Paulista em políticas globais, que, há um certo tempo, havia sido interrompido na casa. Em razão disso, foi criado, ainda em janeiro desse ano, o Comitê de Integração e três grupos de trabalho (Biodiversidade, Metas e ODS), com representantes de todas as unidades do Sistema ambiental (CETESB, Fundações e Coordenadorias). Nesse contexto, frisou que a agenda dos ODS, cujo principal objetivo é acabar com a fome e erradicar a pobreza, requer a atuação de grupos interdisciplinares, abrangentes e alinhados às políticas do estado, sendo essa a forma pela qual o Sistema Ambiental vem conduzindo as atividades, sempre em consonância com as metas dessa agenda. Quanto ao material distribuído aos conselheiros, reforçou tratar-se de publicação de caráter, absolutamente preliminar, somente para inteirá-los das discussões e membros participantes, em atendimento a solicitação do Secretário da SMA e Presidente do CONSEMA. Reputou, como de grande interesse, o fato do Estado de São Paulo ter promovido, em território nacional, o primeiro “Diálogo de Talanoa”, concretizado no evento “São Paulo no Clima”, da programação da Semana do Meio Ambiente da CETESB/SMA. A Assessora destacou que a abertura do evento contou com a presença da prestigiada presença do representante do governo fijiano, o embaixador Cama Tuiloma, e contou com a ampla participação de membros de todos os níveis governamentais, Secretarias de Estado e da sociedade civil. Detalhou que as discussões nas mesas-redondas e nas rodas de conversa, foram conduzidas com base nas três perguntas norteadoras do Diálogo: – Onde estamos? – Onde



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

queremos chegar? – Como faremos? A Assessora salientou que duas importantes conquistas, já resultantes do encontro, foram: a inclusão do “São Paulo no Clima” na programação oficial do “Diálogo de Talanoa” – o primeiro no país, assim como é veiculado na página eletrônica da ONU –; e o anúncio, dado pelo representante do Ministério de Relações Exteriores de que o Brasil, que já se planejava realizar o “Diálogo Nacional de Talanoa”, em meados de agosto próximo, no Rio de Janeiro. Discorreu sobre as atividades que vem sendo desenvolvidas na SMA, tais como, os eventos, grupos e oficinas de implementação dos ODS, destacadamente relacionados à Meta 17 - “Parcerias e Meios de implementação dos ODS”, e à Meta 13 – “Ação contra a Mudança Global do Clima”. Mencionou, por fim, que dentre o conjunto de ODS serão selecionados, para cada órgão e coordenadorias do Sistema Ambiental Paulista, aquelas que mais se relacionam as suas atribuições e, a partir daí, definidas as metas e seus respectivos indicadores. Destacou que a CPLA, já deu início ao processo de escolha dos indicadores do Zoneamento-Ecológico-Econômico. O passo seguinte, complementou, será discutir em um grupo de trabalho, já criado, quais indicadores institucionais encontram-se disponíveis e podem ser amplamente empregados. Por fim, informou previu-se para outubro, o término dessa tarefa para outubro, ocasião na qual será entregue o Plano de Ação da metodologia a ser utilizada no Sistema Ambiental Paulista. O **Presidente do CONSEMA** destacou a essencialidade dessa temática norteadora da política mundial, seu avanço nos últimos quinze anos e informou a intenção de que o Comitê Integrado dos ODS canalize os resultados das discussões no Sistema Ambiental Paulista, que vêm sendo coordenadas por sua Assessora, Jussara de Carvalho, Bianca e Paul da SMA, e com a ampla participação de vários colegas do Sistema. Passou-se ao último assunto da pauta, o “Balanço do Projeto do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo”. Ao introduzir o assunto, o **Presidente do CONSEMA** afirmou considerava o Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE, como sendo a espinha dorsal da atual política da SMA, de caráter regional e nacional. Para tanto, rebateu não ser possível pensar o ZEE, senão como uma política ousada, de mudança de paradigma e de patamar em relação às tomadas de decisões relacionadas às políticas econômicas, sociais, e de caráter ambiental, *stricto sensu*. Agradeceu o enorme empenho que os Comitês de Bacia, por meio do conselheiro Rui Brasil, vêm prestando à SMA para trazer a sociedade civil e os setores produtivos a participarem das reuniões do ZEE. Reforçou que, sem o engajamento da sociedade, torna-se difícil que uma política como essa, de caráter interdisciplinar, torne-se um instrumento poderoso de política pública. Relembrou que a demanda de implementar o ZEE lhe foi atribuída assim que retornou a SMA, em 2015, à convite da ex-Secretária da SMA, Patrícia Iglecias e, mais adiante, também pelo ex-Secretário Maurício Brusadin. O **Presidente do CONSEMA**, ao considerar os três anos de muito trabalho e o grau de articulações alcançadas nas diversas instâncias de discussão, garantiu que a efetivação do ZEE tornou-se um processo irreversível e uma política essencial para a SMA, a ser finalizada, até dezembro próximo. Destacou que esse trabalho requer equipes complexas, tal como a do DataGEO, liderada pela Arlete Ohata, responsável por esse banco de informações geoespaciais ambientais do Estado de São Paulo. Nesse sentido, informou que a contratação dos consultores especialistas foi concretizada, com apoio financeiro do Banco Mundial. Informou ainda, sua intenção de promover um debate sobre o ZEE, no Ministério Público, como um dos subsídios para que o instrumento seja desenvolvido em conjunção com as variáveis econômicas, ambientais e sociais mais importantes. Em atendimento ao convite do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/SP informou havia participado, há 15 dias, da discussão sobre a construção de um Programa de Meio Ambiente e Saneamento para os próximos governantes. Por fim, defendeu que o ordenamento territorial sirva de base para um desenvolvimento sustentável, e garantiu que a nova modelagem não acarretará insegurança ao setor econômico e a iniciativa privada, por ser uma proposta equilibrada. Ao iniciar sua apresentação, o conselheiro e Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, **Gil Scatena** parabenizou o Secretário e Presidente do CONSEMA, Eduardo Trani, pelo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

desafio e, em nome dos coordenadores e da equipe técnica da CPLA, externou a alegria de tê-lo como chefe da pasta, de forma a garantir a estabilidade da gestão, valorização da área técnica e continuidade das políticas públicas. Lembrou que o ZEE vem sendo desenvolvido em atendimento aos marcos legais federais de ordenamento territorial, que datam da década de 90, e os desenvolvidos *a posteriori* e reforçados pela Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, de 2009. Frisou, que o novo ponto de vista, conforme reforçou o Presidente do CONSEMA, leva em conta também a vulnerabilidade socioeconômica, sendo esse um dos principais avanços conceituais do ZEE que ainda está em processo de implantação, assim como em outros estados. Esclareceu, que os zoneamentos disponíveis para o Estado de São Paulo são os costeiros, cujos arcabouços legais e metodologia não são aplicáveis a presente situação. Ofertou o amplo detalhamento da organização e principais atividades, em curso ou em desenvolvimento, nas seguintes instâncias: instituição do Grupo de Trabalho do Sistema Ambiental Paulista – GT – SAP/ZEE, de acordo com a Resolução nº 14/2016; contratação de consultorias, com recursos financeiros do BID (Fundação SEADE, Empresa GeoBrasilis, Evolução DataGEO e do Prof. Dr. Claudio Egler); instituição de uma Comissão Estadual para promover a articulação entre as Secretarias de Estado. Explicitou que subsídios técnicos para os trabalhos e o envolvimento dos setores da sociedade nas discussões também serão obtidos junto ao CONSEMA, na Comissão Técnica Estadual, em fóruns consultivos regionais e em mesas de diálogo. Retomou alguns aspectos básicos do ZEE e elencou suas principais funções, tais quais, orientar investimentos públicos e privados; subsidiar o licenciamento, a compensação, recuperação e a fiscalização ambiental; influenciar o desenvolvimento integrado das políticas públicas (elaboração, implementação e atualização) e prover indicadores ambientais, sociais e econômicos atualizados, para acompanhar a dinâmica social, econômica e ambiental do estado. Informou os indicadores, como serão aplicados para classificar as zonas do ZEE; as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos naturais (bom, atenção ou crítico); e determinadas as dinâmicas socioeconômicas (em elevação, estabilidade ou em retração). Explicou que as séries históricas de informações multitemáticas sobre o estado, constantes dos relatórios ambientais anuais da SMA, serão aplicados ao ZEE. Falta, no entanto, que essa série de dados seja trabalhada de forma integrada para a compreensão global da complexidade ambiental do estado. Dos dados disponíveis elencou: demanda setorial por recursos hídricos; disponibilidade e balanço hídrico; classificação do ar para ozônio; inventário florestal da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo; mapeamento das UCs; IPRS; IPVS; malha rodoviária, áreas urbanas; e a rede urbana e as áreas com risco de escorregamento. Informou ter participado, há quinze dias, em Brasília, da reunião da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Ecológico Econômico, ocasião na qual apresentou a experiência do Estado de São Paulo e, desta forma, pode contribuir para a formação da nova concepção de desenvolvimento ecológico e econômico nacional. Ao apresentar, o fluxograma clássico das diretrizes metodológicas do ZEE nacional, informou que a equipe da SMA está prestes a finalizar o processo de diagnóstico junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica para que, de forma pactuada, sejam feitos os ajustes necessários. Logo após, será iniciada a etapa do prognóstico do zoneamento em si, com a visão pactuada dos desafios do desenvolvimento sustentável no território paulista, sob a ótica das vulnerabilidades e potencialidades, com objetivo de prever o cenário nos próximos dez ou quinze anos, e propor possíveis ajustes. Ao considerar os avanços tecnológicos e técnicos hoje disponíveis, e o fato de que a sintetização da enorme gama de dados disponíveis, em apenas um único mapa do ZEE, seria um enorme desperdício, destacou o trabalho capitaneado por Arlete Ohata, para estruturar a rede informatizada das informações sobre o zoneamento territorial, o sistema DataGEO ZEE, assim como está sendo chamado. Dissertou sobre a coexistência do ZEE com os demais instrumentos de planejamento e ordenamento territorial, sendo eles: Plano Diretor, APRMs da região Metropolitana de São Paulo, Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte e da Baixada Santista, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, Planos de Manejo de UCs, Zoneamento Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Minerário do Vale do Paraíba e Zoneamento Agroambiental do Setor Sucroenergético. Com todas essas possibilidades, resumiu pretende-se com o ZEE atingir os seguintes objetivos: - atingir a visão pactuada de desenvolvimento sustentável territorial com base em um instrumento multitemático, integrado e aplicável em todo o território; - obter um planejamento regional multitemático para a coesão territorial do desenvolvimento sustentável; e – organizar e tornar transparente para o investidor público e privado, as principais informações necessárias à tomada de decisão, bem como para o monitoramento e o controle social do processo de desenvolvimento territorial. Na sequência, ofertou o cronograma das oficinas regionais do ZEE e os resultados das participações nas oficinas em Tatuí e Presidente Prudente. Descreveu o balanço geral das ações desenvolvidas, dos produtos obtidos, dos próximos passos de trabalho a serem efetivados e, a expectativa de que a minuta final do Decreto seja encaminhada à Assembleia Legislativa de São Paulo - ALESP, até dezembro de 2018. A partir daquele momento, anunciou seriam disponibilizados aos conselheiros, cópias com as datas das próximas reuniões a serem conduzidas no Comitê de Bacias Hidrográficas e a cartilha empregada nas oficinas de conscientização, e nesse ínterim, foi projetada uma animação sobre o Mico Leão Preto, especialmente desenvolvida pela equipe da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, e utilizada para incentivar a participação social na construção do ZEE. O **Presidente do CONSEMA** saudou a coordenadora executiva na CPLA, Rosa Mancini, e parabenizou o empenho de toda a equipe. Destacou a enorme importância do apoio que a SMA tem recebido de todas as secretarias de estado, em especial a Secretaria de Agricultura e Abastecimento pela disponibilização de toda sua base de dados territoriais. Detalhou que ao pretender-se seja o ZEE uma política de estado, a proposta é que cada uma das secretarias elejam seus representantes responsáveis por alimentar e atualizar os dados que serão devidamente homologados e disponibilizados no DataGeo, de forma multiescalar e conjugada. Ratificou que a expectativa é que o ZEE seja finalizado até o final deste ano, ou mais tardar, em meados do próximo. Dirigindo-se ao Diretor da ONG SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, frisou a importância de que essa metodologia seja encarada como um aprimoramento daquilo que tem sido feito de forma específica, há 20 anos no Brasil, tal como, no Rio de Janeiro para a atividade de silvicultura e no Mato Grosso, para a soja. O Estado de São Paulo, por sua vez, espera desenvolver seu ZEE sob uma perspectiva mais integradora das políticas públicas e descentralizada quanto à operação do próprio instrumento. Para tanto, também mencionou as valiosas contribuições das Secretarias de Mineração e Energia e da Secretaria da Saúde e reforçou a importância de se ter essa política territorial, com uma visão de base socioambiental e econômica futura, e não exclusivamente da área ambiental. Anunciou que se encontra em elaboração um mapa de serviços ecossistêmicos do território paulista, que servirá de metodologia para determinar quais são os locais onde tais serviços possam existir de forma mais positiva. Considerando o exposto, o **Presidente do CONSEMA**, afirmou que o ZEE, será uma das políticas estruturadoras para os investimentos nacionais, com base em informações qualificadas sobre o território, tal como em outros países. Comentou que a consulta popular preliminar se dará em algumas prefeituras, por ser impossível trabalhar com todas. Ratificou, que a fórmula de trabalho caucionada em parceria com os Comitês de Bacia Hidrográfica foi o mecanismo adotado, por envolver a forma mais organizada existente no estado. Agradeceu a parceria há muito recebida do conselheiro Fontes e do conselheiro Rui Brasil e mencionou quão importante será o apoio do conselheiro Simão à frente das prefeituras, dos vereadores, no propósito que se tem de fazer uma verdadeira campanha de internalização dos benefícios do ZEE no Estado de São Paulo e de esclarecer as bases sólidas nas quais vem sendo desenvolvido, tais como, as informações da sala de Cenários da CETESB, com dados dos EIA/RIMAs. Na área da habitação, por sua vez, explicou que serão adotadas bases de informação disponíveis tais como, demandas por habitacional e saneamento, regularização fundiária ambiental e do GRAPROAB, de forma que se possa mapear os fatores de tensão, tendências do mercado imobiliário no estado e quais as principais restrições enfrentadas no processo de licenciamento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiental. Finalizou externando a expectativa de que os futuros secretários deem continuidade à proposta do ZEE, e da mesma forma, passe a integrar o governo federal. Passou-se a discussão. A conselheira **Cris Murgel** cumprimentou o conselheiro e coordenador da CPLA, Gil Scatena e toda a equipe pelo andamento dos trabalhos, sobre o qual a FIESP tem recebido notícias pelas oficinas que tem participado. Sugeriu, contudo, que não se aguarde pela finalização de todo o processo nos comitês para começar a internalização nos setores, principalmente para aqueles com base territorial, uma vez que, nem sempre o membro do comitê de bacias, que representa alguma entidade da FIESP/CIESP, possuiu o aporte ou confecção suficientes, para realizar a internalização necessária, principalmente, quanto ao mapeamento de vulnerabilidade, das cadeias produtivas. Mesmo assim, reconheceu como sendo um grande avanço, o fato da nova metodologia do ZEE trazer a tona, além das importantes e legítimas questões ambientais como foco, também as socioeconômicas. Reforçou ser a expectativa e a preocupação da FIESP que se atinja um avanço na forma como os instrumentos devam dialogar entre si, pois a simples coexistência dos mesmos não basta. A conselheira anunciou faria a internalização do assunto no Departamento de Meio Ambiente da FIESP antes de receber a visita oficial do Secretário da SMA, como é de praxe. Em busca de contribuir com a efetividade dos trabalhos, comentou sobre a possibilidade de incluir na pauta de reunião da FIESP, a demanda de identificação dos grandes setores com base territorial, e talvez começar esse trabalho em paralelo às reuniões dos comitês de bacia. Por fim, sugeriu poder-se-ia conseguir uma síntese equilibrada das vulnerabilidades trabalhando-se as grandes cadeias produtivas. O conselheiro **Vilázio** ao retomar um assunto levantado por ele, em uma das reuniões passadas, informou que o Banco Internacional de Desenvolvimento - BID acabara de suspender a destinação de recursos a um empreendimento na Comunidade do Banhado, em São José dos Campos, após a auditoria independente ligada ao órgão, comprovar as regularidades constantes em uma denúncia encaminhada ao banco. O conselheiro lembrou que, no ano passado, o projeto licenciado foi discutido em plenária, e já havia captado, aproximadamente, R\$ 300 milhões do BID. Destacou que diversos problemas graves, principalmente relacionados ao reassentamento da comunidade foram constatados pelo Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental - PROAM, a Sociedade Ecológica Santa Branca e a Defensoria Pública. Retomando ao assunto, em discussão, o conselheiro disse tirava o chapéu para todo o trabalho que acabara de ser apresentado sobre o ZEE, contudo, solicitou que também fossem solucionados os graves problemas pelo os quais vêm passando a Comunidade do Banhado, por conta da demolição da sua creche, escola e posto de saúde existente, e da contaminação das nascentes da região. Por último, clamou para que a responsabilidade que recai sobre os agentes financiadores também seja levada em consideração. O conselheiro e coordenador da CPLA, **Gil Scatena** afirmou desejava que problemas, como os mencionados pelo conselheiro, também possam ser devidamente equacionados com o tempo, e com o emprego de múltiplos instrumentos de inteligência, assim como se espera seja o ZEE. Quanto à sugestão da conselheira Cris Murgel para que o processo seja acelerado, disse considerava a proposta como um chamamento para a implantação das mesas de diálogo e, nesse sentido, colocou-se a disposição para acompanhar o Secretário da SMA, Eduardo Trani, à FIESP. Afirmou que, ao longo da etapa de diagnóstico, as informações das tendências do segmento econômico têm sido informadas pelas secretarias de estado e pelo SEADE, mas, concordou pode-se obter avanços com a inclusão daqueles que estão na ponta do processo. Nesse momento, agradeceu a participação de representantes da FIESP e CIESP, nas oficinas dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, e do Sorocaba Alto Tietê, por contribuírem com sua visão das vulnerabilidades e potencialidades, aliás, muito convergente com as apresentadas por outros segmentos da sociedade. O **Presidente do CONSEMA**, ao considerar o adiantado da hora e consultar o pleno, anunciou a transferência do último ponto da pauta, sobre o projeto piloto dos planos de manejo do Estado de São Paulo, para a próxima reunião plenária. Solicitou, todavia, que a Assessora da SMA, Dra. Lucia Sena, fizesse a apresentação na reunião da Comissão Temática de Biodiversidade do CONSEMA,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

naquela mesma tarde, e para qual convidou todos a participarem. Para tratar as demandas do Conselho, informou que se reúne, semanalmente, com o Secretario-Executivo, Anselmo Guimarães, para quem, recomendou fossem encaminhadas as solicitações, principalmente vindas dos conselheiros com mandato até outubro próximo, para que, na medida do possível, sejam inseridas na pauta. O Presidente do CONSEMA agradeceu aos elogios recebidos e reafirmou seu compromisso de promover uma gestão coletiva, aberta ao diálogo e conduzida por técnicos dos mais diversos níveis do sistema ambiental, como o Estado de São Paulo necessita. Finalizou pontuando as conquistas obtidas até então, mencionando as concessões e a aprovação de cinco novas unidades de conservação, e RPPNs, e todos os preparativos que estão sendo feitos para garantir a continuidade dos trabalhos na próxima gestão. Por fim, discorreu sobre os esforços para atender as metas previstas até o final de dezembro, e que serão concretizadas com a força técnica disponível, e em concordância com as diretrizes do governador. Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. Eu, **Anselmo Guimarães**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.